

# O Processo de Globalização no século XXI: um novo tempo de batalhas para o MST

Fábio Souza da Cruz

Universidade Católica de Pelotas

## Índice

1. Introdução	2
2. Do passado aos dias de hoje: a trajetória do MST	2
3. Um breve perfil da globalização	6
4. O MST e a Globalização no campo	9
5. Considerações Finais	12
6. Bibliografia	12

## Resumo

Neste artigo, trabalharemos a questão do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) frente o fenômeno da globalização neste início de século XXI. Abordaremos os perfis dos dois elementos deste estudo, além de discutirmos sobre as noções de identidade e as políticas sociais para o Movimento na atualidade. Nesta investigação, apresentamos, como objetivo principal, a proposta de analisar como o MST se situa e reage frente a esse cenário globalizante. Para tanto, dentre outros autores, adotaremos os pressupostos desenvolvidos por Jesús Martín-Barbero (1995, 1997, 2002 e 2003), Néstor Garcia Canclini (1995, 1998 e 2004), Zygmunt Bauman (1999, 2001 e 2005), Stuart Hall (2000 e 2002) e Adelantado (2000). Salientamos que não pre-

tendemos generalizar resultados a partir de uma pesquisa bibliográfica, mas, sim, detectar tendências com base em uma amostra significativa de dados.

## Abstrat

In this article, the way through which the MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) stands and reacts in the globalization scenario is analyzed. The MST and the globalization profiles, as well as the current notions of the identity of the MST and its social policies, are briefly reviewed. In order to carry out the study, the theories of Martín-Barbero (1995, 1997, 2002 and 2003), Néstor Garcia Canclini (1995, 1998 and 2004), Zygmunt Bauman (1999, 2001 and 2005), Stuart Hall (2000 and 2002) and Adelantado (2000) are taken into consideration. It is important to stress that the intention of this study is not to generalize results from our bibliographical research, but to detect tendencies based on significant data samples.

## 1. Introdução

Neste artigo, analisaremos a situação de um movimento social brasileiro em tempos de globalização. Especificamente, trabalharemos o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). Em primeiro lugar, faremos um resgate das origens do Movimento, a sua relação com o poder até o seu surgimento e consolidação nos anos de 1980. Não obstante, algumas características e ações dos Sem-Terra também serão investigadas.

Em um segundo momento, abordaremos uma breve contextualização da globalização apontando algumas de suas consequências sociais, políticas, econômicas e culturais. Posteriormente, realizaremos algumas análises sobre a postura do MST frente ao fenômeno globalizante atentando, dentre outros aspectos, para as mudanças no meio rural, a reação dos Sem-Terra frente a este novo cenário, além de questões mais pontuais como, por exemplo, as noções de identidade na atualidade e as políticas sociais para o Movimento.

Em linhas gerais, o MST consiste em um movimento social formado basicamente por agricultores do meio rural, que surge nos anos de 1980, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná. Insatisfeitos com os rumos das políticas para o homem do campo, os integrantes do Movimento, oriundos das mais diversas partes deste mosaico social que é o Brasil, emergem, assim, como novos atores na luta pela terra, para trabalhar, reivindicando a implantação de uma reforma agrária digna e justa.

Por outro lado, hoje, as questões ligadas ao processo da globalização adentram o século XXI apresentando consequências das

mais variadas sobre os sujeitos sociais. Investigar como o MST se situa e reage frente a esse cenário consiste na principal meta deste estudo. Para tanto, na nossa discussão principal, dentre outros autores, faremos uma articulação entre os pressupostos desenvolvidos por Jesús Martín-Barbero (1995, 1997, 2002 e 2003), Néstor García Canclini (1995, 1998 e 2004), Zygmunt Bauman (1999, 2001 e 2005), Stuart Hall (2000 e 2002) e Adelantado (2000).

Cabe ressaltar que, nesta investigação, não temos como meta principal a generalização de resultados a partir de uma pesquisa bibliográfica. De posse do material analisado – e levando em conta também estudo anterior (CRUZ, 2006) –, pretendemos detectar tendências com base em uma amostra significativa de dados.

## 2. Do passado aos dias de hoje: a trajetória do MST

Impulsionado pelas transformações sócio-econômicas sofridas pela agricultura brasileira durante os anos de 1970, o MST (Movimento dos Sem-Terra) dá os seus primeiros passos em 1979. Neste período, o País passava por um processo de modernização das tecnologias no campo, ao mesmo tempo em que se mantinha a concentração de terras o que, conseqüentemente, acarreta a exclusão social.

O MST apresenta, em seus primórdios, as lutas que aconteceram no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Além disso, o Movimento também deve muito de sua força à Comissão Pastoral da

Terra (CPT)<sup>1</sup>, que nasce em 1975, em Goiânia, capital do estado de Goiás.

Já na década de 1980, mais precisamente entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984<sup>2</sup>, ocorre o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Cascavel (Paraná). Tendo como palavras de ordem “A terra para quem nela trabalha e vive” (FERNANDES, 2001), o evento formaliza o MST “como um movimento nacional” (FERNANDES e STEDILE, 2001, p.44).

Bradando a frase “Ocupação é a única solução”<sup>3</sup> (FERNANDES e STEDILE, 2001, p.55), o Movimento realiza, em janeiro de 1985, o Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra, em Curitiba (Paraná). Clamando novamente por uma reforma agrária urgente, o MST vai além: crit-

ica o Estatuto da Terra<sup>4</sup> e sugere a criação de leis novas<sup>5</sup>.

Nesse mesmo ano, na madrugada do dia 22 de abril, logo após o falecimento de Tancredo Neves, assume o vice José Sarney (1985-1989), que promete implantar a reforma agrária no País, o que não acontece. Seu governo marca um período de ocupações de sedes do INCRA<sup>6</sup>, além de uma série de desapropriações e assentamentos<sup>7</sup>.

Mais tarde, em 1989, durante o período das eleições presidenciais no País, “Ocupar, resistir e produzir” é definida como a nova palavra de ordem do Movimento (FERNANDES e STEDILE, 2001, p.53)<sup>8</sup>. Neste mesmo ano, a vitória de Fernando Collor de Melo (1990-1992) sobre Luiz Inácio Lula da Silva indicaria um futuro difícil para o MST. O eleito entra para a história como o que menos assentou famílias. Pelo contrário, foi

<sup>1</sup> Segundo Stedile e Fernandes (2001, p.19), a CPT é um “organismo pastoral da igreja católica, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). (...) Embora iniciada no Norte e no Centro-Oeste, estendeu suas atividades para quase todos os estados do Brasil. Atua em todas as dioceses em que há problemas de terra”.

<sup>2</sup> Em entrevista a Fernandes, Stedile afirma que o evento aconteceu entre os dias 21 e 24 de janeiro de 1984 (STEDILE e FERNANDES, 2001).

<sup>3</sup> A ocupação de terras surge como uma das principais táticas dos membros do MST, com o intuito de pressionar o poder e chamar a atenção da sociedade para as questões do campo. Neste sentido, a mídia costuma utilizar também o termo “invasão”. De acordo com Gørgen (1991, p.109), invasão consiste em apoderar-se de propriedade alheia com violência. Ocupação implica apoderar-se legalmente de algo. É um ato político que visa chamar a atenção do poder para o problema dos Sem-Terra.

<sup>4</sup> Lei “(...) que possibilita a desapropriação por interesse social, sem pagamento prévio em dinheiro (...)” (GØRGEN, 1987, p. 19).

<sup>5</sup> Segundo Gørgen (1987, p.27), “[os Sem-Terra] exigem desapropriação imediata das terras das multinacionais, dos latifúndios e das empresas rurais que ultrapassem 500 hectares, propondo assim o módulo máximo para as propriedades rurais; exigem que o governo ponha fim à violência contra os trabalhadores; exigem o controle dos trabalhadores no processo de planejamento e execução da reforma agrária bem como as devidas condições de vida e produção nas terras distribuídas. Reafirmam as ações de massa, as ocupações e os acampamentos como formas concretas de luta”.

<sup>6</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

<sup>7</sup> Segundo Stedile e Fernandes (2001), foi durante a segunda metade das décadas de 1980 e 1990, que o MST obteve o maior número de assentamentos.

<sup>8</sup> Em novo congresso, em 1995, seriam criadas novas palavras de ordem: “Reforma agrária é uma luta de todos” (STEDILE e FERNANDES, 2001, p.54-55).

quem mais reprimiu os Sem-Terra, com invasões da polícia federal a secretarias estaduais do MST, acarretando roubo de documentos, além de processos judiciais e pedidos de prisão contra membros do Movimento. Com um governo marcado pela corrupção, Collor sofre o processo de *impeachment* em 1992. Assume, então, o seu vice, o mineiro Itamar Franco (1992-1994), que, dentre os presidentes da república, foi o primeiro a receber o MST.

Como presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) assentou milhares de famílias, mas, no entanto, a política neoliberal de seu governo promoveu a pobreza no campo o que, entre outros fatores, acabou engrossando os chamados cinturões de miséria no meio urbano<sup>9</sup>.

A esperança de novos rumos para o MST surge através da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva<sup>10</sup>, em outubro de 2002. Apesar disso, o que se seguiu foi uma política agrária que, comparada ao governo anterior, teve poucas mudanças significativas, o que gerou frustração por parte dos Sem-Terra.

O Movimento atua em 24 estados, envolvendo mais de 7 milhões de pessoas, possuindo 370 mil famílias assentadas e 130 mil vivendo em acampamentos<sup>11</sup>. Sua direção

<sup>9</sup> Segundo o agricultor Jair Fagundes, “[no governo de Fernando Henrique Cardoso], apesar dos constantes conflitos (...) o Movimento atingiu vários objetivos, tais como a conquista de novos assentamentos, a liberação de créditos e a cesta básica para os integrantes do MST” (CRUZ, 2006, p. 174).

<sup>10</sup> Em trabalho anterior, constatamos que o sentimento dos Sem-Terra com relação ao governo Lula era de decepção (CRUZ, 2006).

<sup>11</sup> Disponível em [www.jusbrasil.com.br/noticias/628222/assentamentos-depois-da-terra-a-luta-por-uma-vida-melhor-parana-tem-6-mil-familias-acampadas-governo-reduz](http://www.jusbrasil.com.br/noticias/628222/assentamentos-depois-da-terra-a-luta-por-uma-vida-melhor-parana-tem-6-mil-familias-acampadas-governo-reduz)

nacional é formada por 21 membros; conta com centenas de associações de produção, comercialização e serviços, dezenas de cooperativas de produção agropecuária, cooperativas de prestação de serviços, cooperativas regionais de comercialização e cooperativas de crédito, além de pequenas e médias agroindústrias, que processam frutas, hortaliças, leite e derivados, grãos, café, carnes e doces<sup>12</sup>.

Aliada à produção está a educação. Milhares de crianças estudam nas escolas públicas dos assentamentos e outros milhares de jovens e adultos frequentam o curso superior através do programa de alfabetização, desenvolvido em conjunto com a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e universidades<sup>13</sup>.

Com relação à mística, o MST apresenta “laços imaginários” (SILVA, 2000, p.85) como “a bandeira, o hino, as palavras de ordem, as ferramentas de trabalho (...) [e o] uso do boné (...)” (FERNANDES e STEDILE, 2001, p.132)<sup>14</sup>. Essas “marcações simbólicas

verbas-entrevista-com-jose-damasceno-membro-da-coordenacao-do-mst-no-parana Acesso em: 27 abr. 2009.

<sup>12</sup> Tais empreendimentos geram emprego, renda e impostos, beneficiando, indiretamente, cerca de 700 pequenos municípios no interior do Brasil.

<sup>13</sup> Não obstante, o MST mantém também cursos de formação de professores e técnicos em administração de assentamentos e cooperativas, para colaborar com o trabalho desenvolvido nos próprios assentamentos.

<sup>14</sup> Como relata Morrisawa (2001, p.209-210), “na Encruzilhada Natalino, a cruz simbolizava em si mesma a fé cristã que unia os Sem-Terra num momento crucial de sua luta. As escoras que lhe foram sendo postas representavam os apoios recebidos de instituições, entidades e pessoas de fora do movimento. Os lenços usados pelas crianças mortas pela fome e pelo sofrimento no acampamento eram um protesto contra as autoridades. Fé, esperança, dor e ânimo político es-

cas” e identitárias são, para Woodward, os meios pelos quais se dá “sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são ‘vivas’ nas relações sociais” (2000, p.10).

No que se refere à bandeira, esta se torna símbolo do Movimento a partir de 1987. Conforme dados do *site* do MST, cada cor e figura possui um significado:

cor vermelha: representa o sangue que corre em nossas veias e a disposição de lutar pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade; cor branca: representa a paz pela qual lutamos e que somente será conquistada quando houver justiça social para todos; cor verde: representa a esperança de vitória a cada latifúndio que conquistamos; cor preta: representa o nosso luto e a nossa homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram, lutando pela nova sociedade; mapa do Brasil: representa que o MST está organizado nacionalmente e que a luta pela Reforma Agrária deve chegar a todo o país; trabalhador e trabalhadora: representa a necessidade da luta ser feita por mulheres e homens,

tavam reunidos naquela cruz. A bandeira, que aparece com grande destaque em todas as manifestações do Movimento, formando, muitas vezes, um lago ou um rio vermelho nas praças, avenidas e estradas, é um elemento permanente da mística. Os hinos e músicas também fazem parte dos momentos de mística. (...) Outros símbolos, como o facão, a foice, a enxada e os frutos do trabalho tornaram-se presentes no cotidiano da luta, representando a resistência e a identidade dos Sem-Terra. Os pés descalços ou em sandálias, o chapéu de palha do camponês, a panela no fogo são também representações presentes em esculturas e pinturas de grandes artistas apoiadores do Movimento”.

pelas famílias inteiras; facão: representa as nossas ferramentas de trabalho, de luta e de resistência<sup>15</sup>.

Entretanto, a principal marca dos Sem-Terra consiste em uma ausência: a de não possuir terra. O MST batalha pelo direito à terra, o trabalho e a sobrevivência. Sem isso, o agricultor perde a sua dignidade, dando-se por vencido. Em sua luta histórica para reafirmar a sua identidade, por vezes, ocorrem conflitos<sup>16</sup>. Nessa caminhada, o Movimento “propõe ser um ‘igual’ numa sociedade marcada por clivagens da desigualdade sócio-econômica e político-cultural” (GOHN, 2000, p.154), as quais implicam exclusão.

Já em termos fonográficos, no ano de 1998, o Movimento gravou o seu primeiro CD, no qual a temática das músicas reflete as alegrias e tristezas do MST, assim como também narram a sua história de luta pela terra. Os músicos participantes são mesclados entre Sem-Terra e nomes da música popular brasileira. Vale ressaltar que a música é um fator que sempre esteve inserido na história do Movimento. Sejam nas ocupações, comemorações de conquistas de terras, marchas, manifestações de outros tipos e, até mesmo, nas prisões, cantadores, poetas, animadores e músicos se fazem presentes.

<sup>15</sup> Disponível em <http://www.mst.org.br/historico/bandeira.html> Acesso em: 27 abr. 2009.

<sup>16</sup> Nesse sentido, um dos mais violentos conflitos da história do MST deu-se no ano de 1996, num episódio que ficou conhecido como o “massacre de Eldorado dos Carajás”. O embate, que ocorreu na cidade paraense de Carajás, resultou na morte de 19 trabalhadores rurais e 81 feridos, dos quais 69 eram do Movimento e 12 eram policiais militares.

Destaca-se também a exposição sobre o MST, organizada pelo fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado, na década de 1990, intitulada “Terra”, a qual percorreu o mundo num total de 800 cidades. No material do evento, havia também um CD, com quatro músicas, interpretadas pelo cantor e compositor Chico Buarque de Holanda, além de alguns cartazes e um livro de fotografias.

No que tange ao setor de comunicação, mensalmente, o MST produz o jornal “Sem-Terra” e uma revista, a “Sem-Terra”. O primeiro possui 28 anos de existência e se destina a “ser um veículo de informação e formação dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra”<sup>17</sup>. Além disso, também tem como objetivo divulgar ao público em geral as causas do Movimento e seus desdobramentos.

A revista “Sem-Terra” existe há 14 anos. Com tiragem de 10 mil exemplares, possui cerca de 60 páginas e apresenta periodicidade bimestral. A publicação tem como público alvo a sociedade como um todo e objetiva a discussão das questões do campo, além de outros tópicos de abrangência nacional e internacional<sup>18</sup>.

Considerando isso, são também desempenhadas atividades de assessoria de imprensa do próprio Movimento. Além disso, o MST possui rádios comunitárias e programas em emissoras radiofônicas locais, espalhadas pelo País. Veiculam notícias, recados e informações. Não obstante, os Sem-Terra também possuem um *site*, cujo endereço é o <http://www.mst.org.br>.

Depois de passar por várias fases no que se refere à sua organização e construção, o

<sup>17</sup> Disponível em <http://www.mst.org.br/informativos/indice.html>  
Acesso em: 28 abr. 2009.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

MST chega aos dias de hoje tendo a reforma agrária<sup>19</sup> como uma de suas principais bandeiras de luta. No entanto, essa não é mais a sua única preocupação. Agora, o Movimento também apresenta novas frentes reivindicatórias de crédito, escola, saúde e moradia. Os Sem-Terra buscam, portanto, o exercício da democracia, da cidadania e da participação dos trabalhadores enquanto construtores de suas próprias histórias e da sociedade em que estão inseridos. Esta atividade responde à decisão de que a batalha dos Sem-Terra não termina com a conquista da terra.

### 3. Um breve perfil da globalização

A globalização traduz uma atmosfera comandada por empresas transnacionais – os chamados conglomerados econômicos –, pelo livre comércio e as privatizações. Com o declínio do Estado em detrimento do mercado, o que gerou descrença nas instituições, outras formas de participação acabaram fortalecendo-se. O consumo privado de bens

<sup>19</sup> Conforme frisa Görgen (1987, p.44-45), a reforma agrária apresenta inúmeras vantagens no setor econômico como o aumento da produção agrícola, a resolução do problema de alimentação do povo que não possui terra, o aumento da oferta de alimentos básicos para a cidade e maior justiça na distribuição da renda nacional. No campo social, a reforma diminuiria o êxodo rural e o desemprego, melhoraria os salários dos operários, haveria tendência de diminuição da marginalidade urbana e da criminalidade e maior bem-estar social, ocasionando melhoria da qualidade de vida. No campo político, haveria um processo de conscientização do povo, maior liberdade e maior participação nos vários níveis, como “sindicatos, partidos, cooperativas, entidades de defesa de seus direitos, bem como em outros órgãos intermediários e de decisão na sociedade”.

e os meios de comunicação começam a superar parte das realidades democráticas e a conseqüente participação do homem público.

Na atual conjuntura da globalização, Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental (principalmente a Alemanha) despontam como os principais nomes de força do processo, juntamente com as corporações transnacionais e organizações multilaterais. No entanto, o capitalismo global – ou neoliberalismo – agrava as contradições sociais em todos os setores e isso se dá mais fortemente “nos países dependentes, periféricos, atrasados, do terceiro mundo” (IANNI, 1995, p.144). Sob esta perspectiva, uma das conseqüências e, ao mesmo tempo, uma defesa frente ao atual quadro, é a formação dos blocos econômicos como o Mercosul, por exemplo.

Pelo menos simbolicamente – e a mídia possui papel decisivo neste sentido – convive-se, hoje, com traços marcantes de uma cultura global. Exemplos não faltam: da Disney aos *fast foods*, de Hollywood às tecnologias mais avançadas de informação e comunicação, entre outros fatores, as sociedades são penetradas por uma cultura de consumo jamais vista (ORTIZ, 1998).

Assim, conforme colocado antes, a mídia serve como reforço essencial no sentido de colaborar com a idéia de dissolução das fronteiras existentes, fortalecendo a noção de sociedade global. Solidificam-se, portanto, as linguagens e valores globais, que devem – ou pelo menos deveriam – ser comuns a todos. Nesse processo de globalização, o inglês é a língua padrão. Ocupa a maioria dos lugares e serve de elo para todo e qualquer tipo de relação. Junto aos meios de comunicação, as novas tecnologias são também responsáveis por grande parte do processo de moderniza-

ção do planeta, tornando-se, assim, peças importantes na questão da ocidentalização do mundo.

Com a globalização, os produtos se desterritorializam. Há uma descentralização da mão-de-obra humana. Um carro, por exemplo, é construído em vários países onde a mão-de-obra é mais barata. Assim, nessa realidade, há uma redução do emprego regular: os trabalhadores “perpétuos” são substituídos pelos temporários, informais, subcontratados, o que acaba ocasionando também o enfraquecimento dos sindicatos (HARVEY, 1992; MARTÍN-BARBERO, 2002).

Esse cenário, em que a mão-de-obra se encontra desterritorializada, sugere uma imensa fábrica, a “fábrica global” de Ianni (1995, 1997a). Nesta “fábrica”, marcada pela flexibilidade, “a vida de trabalho está saturada de incertezas” (BAUMAN, 2001, p.169), ou seja, ao contrário dos tempos de outrora, agora, a estabilidade dos empregados não é mais assegurada.

“Ambígua e até mesmo contraditória” (MARTÍN-BARBERO, 2003, p.57), a globalização origina descontentamento sobretudo de duas maneiras: em primeiro lugar, existe a cultura do efêmero (o que é consumido torna-se, em seguida, obsoleto, descartável, fugaz). Há pouco interesse com o passado; e também com o futuro. O que importa é o presente, o imediato (GARCÍA CANCLINI, 1995; 1998; 2004).

Em segundo lugar, há uma redução dos empregos com vistas à diminuição de custos. Neste cenário, mais de 40 % da população latino-americana não possui trabalho estável, o que implica o aumento das atividades informais e temporárias, conforme abordado antes. Além disso, outros fatores se agravam com esse processo, tais como a falta de

habitação, saúde e educação, a miséria, o narcotráfico e a violência em todas as suas formas etc. (GARCÍA CANCLINI, 1995; 1998).

Em tal contexto, a arquitetura consiste em mais um reflexo da globalização: ora “livre” e “solta”, cede lugar a uma nova realidade: a da “máxima” segurança, através das grades, alarmes e condomínios fechados. Este cenário acaba desembocando em outro: o ferimento das relações pessoais como as de vizinhança, por exemplo: quanto mais distante do seu vizinho, melhor.

O aprofundamento das desigualdades sociais gerado pelo regime neoliberal também fortalece uma crescente imigração para os aparentes “pólos de prosperidade do planeta”: os Estados Unidos e a Europa Ocidental (RAMONET, 1998, p.30). Tal cenário acarreta outro resultado da globalização: as reações, por vezes extremistas, de movimentos nacionalistas, separatistas, xenófobos e neonazistas (MARTÍN-BARBERO, 1995; VIZENTINI, 1996).

Devido ao ritmo imposto pela globalização, há também uma tendência à fuga para o irracional com o intuito de exorcizar os problemas do dia-a-dia. As demonstrações são as mais diversas: álcool e drogas em geral, ocultismo, a fé exacerbada das religiões, as quais não cessam de competir entre si etc.

Para Bauman (1999), com a globalização, o “tripé da soberania” (a auto-suficiência militar, econômica e cultural) é afetado de maneira irreversível. A insuficiência militar é agravada frente às dificuldades sociais, como o desemprego, por exemplo, que corroboram, dentre outros fatores, para o recrudescimento da violência e a insegurança, conforme tratado antes. Na área econômica, devido à pujança dos mercados financeiros

globais, o Estado perde sua força, ficando reduzido ao âmbito político. Com relação ao aspecto cultural, a avalanche da indústria cultural, em todos os seus níveis e estilos, fomenta uma sociedade do consumo, que é alimentada constantemente por produtos feitos sob medida e com curto tempo de duração e apreciação, conforme salienta García Canclini (1995).

O aspecto efêmero dessa cultura leva, portanto, ao pensamento de que nada é para sempre. Na modernidade líquida descrita por Bauman, o cenário é a curto prazo: instantâneo e cheio de oportunidades e escolhas. Segundo o autor (2001, p.74),

para que as possibilidades continuem infinitas, nenhuma deve ser capaz de petrificar-se em realidade para sempre. Melhor que permaneçam líquidas e fluidas e tenham ‘data de validade’, caso contrário, poderiam excluir as oportunidades remanescentes e abortar o embrião da própria aventura.

O fenômeno da globalização também implica alterações na identidade das pessoas, apresentando os mais variados desdobramentos. Existem aquelas que aderem totalmente ao processo, engajando-se “de corpo e alma”. São os cidadãos globalizados de fato. Há uma corrente à parte, que está à margem do processo, ficando cada vez mais isolada e enfraquecida. São os excluídos da situação. Ocorrem também movimentos de negociação, híbridos, que absorvem determinadas influências e outras não.

Se o “Estado não tem mais o poder ou o desejo de manter uma união sólida e inabalável com a nação” (BAUMAN, 2005, p.34), os grupos constituídos por meio da

diferença mantêm uma unificação? Acrescentando novos elementos aos já colocados no parágrafo anterior, Hall (2002) propõe três possíveis conseqüências às identidades sob influência da globalização: (1) as identidades estariam se desintegrando em conseqüência da homogeneização global; (2) as identidades nacionais e outras identidades locais estariam sendo reforçadas por resistir à globalização; (3) identidades híbridas estariam tomando lugar das identidades nacionais.

Segundo Bauman, nessa época de modernidade fluida, manter uma mesma identidade por muito tempo ou por toda a vida, é arriscado. “As identidades são para usar e exibir, não para armazenar e manter” (2005, p. 96). Somos diariamente seduzidos e/ou forçados a assumir outras identidades, e para assegurarmos alguma pré-existente, é preciso entrar no jogo e moldá-la.

Mas, por outro lado, há também a existência de forças de resistência à nova ordem mundial como, por exemplo, determinados movimentos sociais da América Latina, o que “(...) está levando a uma redefinição do que se entende por cidadão não apenas em relação aos direitos à igualdade, mas, também, em relação aos direitos à diferença” (GARCÍA CANCLINI, 1995: p.22). Tal realidade implicaria, portanto, a legitimação dos mais variados interesses, valores e reivindicações. Através de uma perspectiva multicultural, García Canclini (1995) vê numa reforma do Estado (o que implica também uma maior participação da sociedade civil), a possibilidade de avanços tanto no que se refere à garantia de acesso igualitário aos bens da era globalizante quanto à aceitação do desenvolvimento de grupos di-

versos, minorias. Entre estes grupos, o MST marca presença.

#### **4. O MST e a Globalização no campo**

Afetado direta ou indiretamente por todas as transformações em voga, o MST adentra o século XXI sobrevivendo à nova ordem mundial. Com o advento da globalização e da nova divisão do trabalho, em nível global, o meio rural é “industrializado e urbanizado” (IANNI, 1997b, p.12). Concomitantemente, percebe-se o fluxo cada vez mais crescente de migrações campo-cidade. Assim, o agrário é enfraquecido. Para Ianni (1997b, p.40), “o mundo agrário já está tecido e emaranhado pela atuação das empresas, corporações e conglomerados agroindustriais”. Agora, parece só haver espaço para o capital.

Outro fator decorrente dessa nova realidade no campo são as técnicas utilizadas, tais como a aplicação de hormônios em animais e o plantio de transgênicos, o que acaba por provocar alterações “no uso do solo e na orientação das atividades agrícolas” (IANNI, 1997b, p.40). Assim, parte dos pequenos produtores, como os assentados do MST, por exemplo, ainda que possa manter-se em atividade, corre o risco de cair no esquecimento, a menos que se adapte às modernizações do campo.

Com novas máquinas e utilizando procedimentos oriundos do setor químico, o setor rural se modifica. Acrescenta-se neste cenário as novas tecnologias de informação e comunicação, que já são uma realidade em boa parte do mundo do campo e, entre outros aspectos, mudam as noções de tempo e

espaço. Assim, o meio agrário se urbaniza, se industrializa. Acaba subordinado ao capital e submetido às exigências deste.

Em resistência à nova era, de descaso para com a figura tradicional do homem do campo, o Movimento acaba sendo também um reflexo dessa era. Neste sentido, embora sejam muitas vezes contrários aos novos ditames da ideologia globalizante, e mesmo reconhecendo que o atual sistema os prejudica e, conseqüentemente, os enfraquece, os agricultores do MST convivem, pelo menos de forma tímida, com as novas influências da atualidade.

Diante desse cenário de exclusão, o MST oscila entre dois pólos: ao mesmo tempo em que resiste às influências da globalização e clama pelo direito de ser diferente – ou tradicional –, o Movimento admite flertar com algumas transformações pelas quais atravessa o meio rural, como a questão do agronegócio<sup>20</sup>, por exemplo.

Tal contexto acaba conferindo, portanto, um caráter híbrido aos Sem-Terra na atualidade. De uma identidade essencialista, fortemente arraigada aos valores do campo, o MST parece se situar na atualidade num pólo de transição entre o essencialismo de outra e o não-essencialismo<sup>21</sup> dos dias de hoje, ou seja, mantendo algumas tradições, porém “dialogando” com as “novidades”<sup>22</sup>.

Parte do MST é formada por pessoas do

<sup>20</sup> Para mais detalhes a esse respeito, ver Cruz (2006).

<sup>21</sup> Para fins de esclarecimento, quando abordamos as noções de essencialismo e não-essencialismo, adotamos os conceitos desenvolvidos por Woodward (2000).

<sup>22</sup> Este processo de “diálogo” do MST com as novidades do meio rural pode ser conferido em Cruz (2006).

meio rural, enquanto outros advêm do setor urbano. No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, oriundos das mais diversas localidades do estado, os assentados, marcados por longas andanças por este território, denotam ao Movimento um caráter diaspórico (HALL, 2002) e multicultural, porém essencialista. Por outro lado, atrelados aos novos tempos, de globalização, fatores como, por exemplo, as tentativas de “homogeneização trazida pelo transnacional” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p.283), forçam o surgimento de uma nova discussão ligada à identidade. Assim sendo, de acordo com o que foi salientado antes, o sem-terra se torna um híbrido a partir do momento em que flerta com as influências advindas de outras culturas ocasionadas pela globalização.

Esse reordenamento de culturas provoca aquilo que Hall (2000) denomina “crise de identidade”. A descentralização das coisas e a conseqüente fragmentação do ser humano corroboram, nesse sentido, para um verdadeiro colapso das identidades modernas. Hoje em dia, o indivíduo sofre um processo de descolamento tanto de si próprio quanto do mundo social e cultural que habita em função das novas imposições globais, vistas anteriormente.

No entanto, essa realidade levanta o questionamento de que talvez isso já exista há muito tempo. Dentro dessa lógica, a globalização, juntamente com as conseqüências ligadas à compressão espaço/tempo, teria apenas potencializado tal situação. Não obstante, de um elemento que preserva determinadas características, desde o nascimento até a morte, a outro, que assume novas referências, o sujeito teria, então, sua identidade construída, em maior ou menor grau, através

de um mix de influências. E o MST não é exceção neste novo cenário.

Em termos de políticas sociais para o Movimento, estas acabam consistindo em um processo complexo e aparentemente (ou não) contraditório: ao mesmo tempo em que fortalecem, as políticas sociais para o MST também amenizam as desigualdades ocasionadas pelo modelo econômico vigente. Segundo Adelantado (2000, p.25), “a política social não somente compensa ou reduz as desigualdades originadas em outros âmbitos, como também podem reproduzi-las, aumentá-las (...)”. E o mesmo autor acrescenta:

as políticas sociais seriam, portanto, um dos fatores primordiais que contribuem ao processo de estruturação das sociedades [nos mais variados sentidos – não só de classe, mas, também, econômicos, políticos, culturais etc.] do capitalismo avançado: surgem da estrutura social ao mesmo tempo em que contribuem a configurar a mesma (2000, p.27).

Assim sendo, as políticas sociais no geral, e mais especificamente olhando para o caso do MST, legitimam e/ou naturalizam as desigualdades e assimetrias em voga. De acordo com José Damasceno (JUSBRASIL, 2009), integrante da coordenação do Movimento no estado do Paraná,

[...] o governo Lula foi muito aquém da demanda e da necessidade, fez muito pouco frente ao compromisso social que ele tinha. [...] O governo Lula está tratando a reforma como política compensatória, resolvendo conflitos localizados, mas isso não é reforma agrária.

Nessa realidade, a esfera estatal, uma das esferas da estrutura social (as outras são a mercantil, a doméstico-familiar e a relacional<sup>23</sup>), consiste em um cenário de disputas e pressões de (e por) todos os lados. Numa postura contrária à atual estabelecida, sendo um movimento social que apresenta uma natureza crítica, o MST tenta quebrar paradigmas propondo novas possibilidades dentro da atual conjuntura.

As conseqüências dessas lutas estão balizadas pela capacidade de influência dos atores sociais e o contexto da época, “que pode apresentar restrições de caráter estrutural, estratégico, organizativo, político, de ciclo econômico, demográfico, ou de qualquer outro tipo” (ADELANTADO, 2000, p.47).

Não obstante, em um cenário agravado por um passado que nunca deixou de existir – e que, portanto, ainda rosna –, o de quase total descaso com relação aos direitos dos cidadãos<sup>24</sup>, o MST tenta superar velhos hábitos e formas de tratamento para com os trabalhadores e, neste caso específico, os pequenos agricultores rurais. Neste sentido, sua batalha de lutas e as constantes pressões junto ao poder fazem-se presentes. No entanto, “décadas de clientelismo consolidaram uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação

<sup>23</sup> De acordo com Adelantado (2000).

<sup>24</sup> Segundo Behring e Boschetti (2006, p.79), “se a política social tem relação com a luta de classes, e considerando que o trabalho no Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização, esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social”.

dessas classes em nossa sociedade” (YASBEK, 2001, p.37).

Destarte, em tal realidade, geralmente, a relação entre o MST e o Estado “evoca o passado, quando era concebida como caso de política, ao invés de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas (...)” (IAMAMOTO, 2001, p.17). No entanto, em meio a tantas distorções e assimetrias, a luta do MST contra esse cenário persiste.

## 5. Considerações Finais

O sem-terra não luta apenas para possuir uma terra, mas brada também contra a desigualdade, a política neoliberal e a exclusão. Num cenário político que reflete descaso com relação à reforma agrária, o qual se move em compasso com a ideologia globalizante, o MST não pretende interromper a sua luta pela melhoria da qualidade de vida dos agricultores. Neste sentido, serão sempre mantidas ações que fomentem transformações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Segundo José Damasceno (JUSBRASIL, 2009), “O MST vai continuar sendo uma organização forte que atua no campo brasileiro. Vai continuar pressionando autoridades pela reforma agrária, as ocupações vão continuar acontecendo, bem como o combate ao modelo agrícola vigente da monocultura”. E acrescenta: “Chegou o momento de acordar e exigir que o governo atual pare de queimar dólar do caixa público, pra salvar os bancos e as empresas falidas, e aplique no povo brasileiro”. Tais mobilizações caracterizam a política de identidade essencialista do movimento, e é me-

diante estes fatores que as pessoas exercem identificação e fazem parte do grupo.

Não obstante, dentre as três consequências do efeito da globalização sobre as identidades, cunhados por Hall (2002), o MST parece se enquadrar naqueles grupos que teriam identidades reforçadas devido à repulsão ao fenômeno globalizante, porém esse quadro sofre alteração. Opor-se à modernidade fluida não é compatível com uma identidade fixa e imutável (BAUMAN, 2005), e o MST já passa a se hibridizar e a flertar com o agronegócio, inimigo número um da agricultura familiar, cujos desenvolvedores dessa atividade representam uma *diferença* dos sem-terra.

Apesar da luta contra o modelo vigente e pelo direito à diferença, ao tencionar-se com o ramo do agronegócio, os Sem-Terra promovem um movimento pendular da sua identidade: interage com as novidades do meio rural, ao mesmo tempo em que tenta se manter forte, essencialista. Neste início de século XXI, o MST parece sinalizar com algumas mudanças. Entretanto, sua essência permanece a mesma.

## 6. Bibliografia

- ADELANTADO, J., NOGUERA, J.A., y RAMBLA, X. (2000), *El marco de análisis: Las relaciones complejas entre estructura social y políticas sociales*, Cambios en el Estado del Bienestar. Políticas sociales y desigualdades en España. 23-61.
- BAUMAN, Z. (1999), *Globalização: as consequências humanas*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- BAUMAN, Z. (2001), *Modernidade líquida*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BAUMAN, Z. (2005), *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- CRUZ, F. S. da. (2006), *A Cultura da Mídia no Rio Grande do Sul: o caso MST e Jornal do Almoço*, Pelotas: EDUCAT.
- FERNANDES, B. M.. (2001), *A Formação do MST no Brasil*, Petrópolis: Vozes.
- FERNANDES, B. M. e STEDILE, J. P. (2001), *Brava Gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- GARCÍA CANCLINI, N. (1995), *Consumidores e Cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização*, Rio de Janeiro: UFRJ.
- GARCÍA CANCLINI, N. (1998), *La Globalización en Pedazos: Integración y rupturas en la comunicación*. Colômbia, disponível em: <http://www.felafacs.org/dialogos-51> [consultado a 29 de abril de 2009].
- GLOBO NEWS (2004), *Entrevista concedida por Néstor García Canclini*, São Paulo, dezembro.
- GOHN, M. G. (2000), *Terceiro Setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo*, Petrópolis: Vozes.
- HALL, S. (2000), *Quem precisa da identidade? In SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*, Petrópolis: Vozes.
- HALL, S. (2002), *A identidade cultural na pós-modernidade*, Rio de Janeiro: DP&A.
- HARVEY, D. (1992), *A Condição Pós-Moderna*, São Paulo: Loyola.
- IAMAMOTO, M. (2001), *A questão social no capitalismo, Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, 2: 9-32.
- IANNI, O. (1995), *A Sociedade global*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IANNI, O. (1997a), *Teorias da Globalização*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IANNI, O. (1997b), *A Era do Globalismo.*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- JUSBRASIL (2009), *Assentamentos / Depois da terra, a luta por uma vida melhor / Paraná tem 6 mil famílias acampadas / Governo reduz verbas / Entrevista com José Damasceno, membro da coordenação do MST no Paraná*, disponível em: [www.jusbrasil.com.br/noticias/628222/assentamentos-depois-da-terra-a-luta-por-uma-vida-melhor-parana-tem-6-mil-familias-acampadas-governo-reduz-verbas-entrevista-com-jose-damasceno-membro-da-coordenacao-do-mst-no-parana](http://www.jusbrasil.com.br/noticias/628222/assentamentos-depois-da-terra-a-luta-por-uma-vida-melhor-parana-tem-6-mil-familias-acampadas-governo-reduz-verbas-entrevista-com-jose-damasceno-membro-da-coordenacao-do-mst-no-parana) [consultado a 27 de abril de 2009].
- MARTÍN-BARBERO, J. (1995), *América Latina e os Anos Recentes: o estudo da recepção em comunicação social*, In SOUZA, Mauro Wilton de (org.). *Sujeito, o Lado Oculto do Receptor*, São Paulo: Brasiliense.

MARTÍN-BARBERO, J. (1997), *Dos Meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*, Rio de Janeiro: UFRJ.

MARTÍN-BARBERO, J. (2002), *Desencuentros de la Socialidad y Reencantamientos de la Identidad*. *Anàlisi*, 45-62.

MARTÍN-BARBERO, J. (2003), *Globalização Comunicacional e Transformação Cultural*, In MORAES, D (org.), *Por uma outra Comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder*, Rio de Janeiro: Record.

ORTIZ, R. (1998), *Mundialização e Cultura*, São Paulo: Brasiliense.

VIZENTINI, P. (1996), *A Nova Ordem Global: relações internacionais do século 20 – quarta parte*, Porto Alegre: Universidade/UFRGS.

YAZBEK, M. (2001), *Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil*, *Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, 2: 33-40.